

# CONTRIBUIÇÕES DA LINGÜÍSTICA PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

SANTOS, Eliene Justiniano dos

[eliene.li@ig.com.br](mailto:eliene.li@ig.com.br)

SANTOS, Rivan Francisco dos

[rivanfrancisco@bol.com.br](mailto:rivanfrancisco@bol.com.br)

SANTOS, Clodoaldo Messias dos. (Orientador)

Graduado em Letras-Português/Inglês, Especialista em Metodologia do  
Ensino da Língua Portuguesa, Professor do Curso de Letras/Português da Universidade  
Tiradentes-UNIT

[aldomessias@hotmail.com](mailto:aldomessias@hotmail.com)

## RESUMO

Através deste artigo científico, pretendemos analisar os objetivos quanto às transformações que vem sofrendo o ensino de gramática normativa nas escolas, através da introdução da lingüística, identificando suas contribuições para o ensino de língua portuguesa. Levantando e desenvolvendo um trabalho participativo e construtivo, a pesquisa pretende mostrar aos professores que estão iniciando a profissão que as transformações ocorridas no ensino de gramática servem como suporte para amenizar as dificuldades de se ensinar o português padrão sem conceituar o mesmo como o único correto. Valorizar as diferenças lingüísticas de cada indivíduo, para que o ensino de língua evolua, objetivando desta forma a assimilação do ensino da língua consorciado com o ensino de lingüística.

**Palavras-chave:** Lingüística; gramática normativa; professor; transformações.

## **CONTRIBUIÇÕES DA LINGÜÍSTICA PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Este trabalho procura apresentar reflexões a partir das contribuições da lingüística para o ensino de língua portuguesa nas escolas, sejam elas particulares ou públicas. O ensino de gramática vem gerando acirradas polêmicas ao longo dos anos. Quando se ensina português na escola, “ensina-se, fundamentalmente, a disciplina gramatical”. Embora os professores trabalhem com diversos saberes (conteúdos gramaticais, elementos da teoria da comunicação, leitura, escrita, vocabulário, linguagem oral, valores morais e ideológicos, o que é priorizado é o ensino da gramática tradicional normativa). Com a difusão dos resultados de pesquisas lingüísticas no país, vários trabalhos questionam o ensino da gramática normativa (de acordo com Soares (1997 : XI) “... a Lingüística foi introduzida nos cursos superiores de Letras, no Brasil, nos anos 60, é, pois, só nos anos 80 que os efeitos do seu ensino e da pesquisa lingüística portuguesa começam a manifestar no ensino de português”).

O ensino de língua portuguesa nas escolas tem como objetivo padronizar a língua falada e escrita de acordo com as classes sociais mais favorecidas, deixando de lado, os menos favorecidos, que são maioria. Esse é um dos principais problemas encontrados nas escolas, a dificuldade de adaptabilidade da língua padrão para todas as classes sociais.

Com os objetivos de analisar as transformações que vem sofrendo o ensino de gramática normativa nas escolas, através da introdução da lingüística; identificar as contribuições da lingüística para o ensino de língua portuguesa; levantar autores que desenvolvem pesquisas que norteiam o tema proposto, pretendemos desenvolver um trabalho construtivo e participativo. O homem procura dominar o mundo em que vive, e a melhor maneira de se obter esse domínio é o conhecimento. Esse é um dos motivos pelos quais ele procura explicar tudo o que existe.

A linguagem é algo que lhe é próprio e que é parte necessária de seu mundo e de sua convivência com os outros seres humanos. Por que falamos? Para que falamos? Por que as línguas são diferentes? Essas questões tocam diretamente o homem, e ele tem procurado encontrar respostas, pois a sedução que a linguagem exerce sobre o homem existe desde sempre.

Há um número enorme de fatos que mostram essa atenção que os homens de diferentes épocas sempre dedicaram à linguagem, mas é só com a criação da Lingüística que essas manifestações da curiosidade do homem tomam forma de ciência, com seu objeto e método próprio. Não foi sem dificuldades que a reflexão sobre a linguagem conseguiu se impor como ciência. Para isso teve que demonstrar o apuro de seu método e a configuração precisa de seu objeto.

A Lingüística definiu-se, com bastante sucesso entre as Ciências Humanas como o estudo científico que visa descrever e explicar a linguagem verbal humana; é uma ciência recente que se inaugurou no começo do século XIX, e distingue-se da gramática tradicional, normativa. Ela não tem como esta gramática, o objetivo de prescrever normas ou ditar regras de correção para o uso da linguagem.

Para a Lingüística, tudo o que faz parte da língua interessa e é matéria de reflexão, mas não é qualquer espécie de linguagem que é objeto de estudo da Lingüística: só a linguagem verbal, oral ou escrita. A Lingüística, tal como conhecemos hoje, começa com o Curso da Lingüística Geral, do Suíço Ferdinand de Saussure, mestre da Universidade de Genebra e pai da Lingüística moderna, é sem dúvida uma figura surpreendente. De publicação feita por sua iniciativa consta muito pouco, como por exemplo, o trabalho sobre vogais do indo-europeu que, no entanto, não é seu trabalho mais importante.

O Curso de Lingüística Geral, publicado em 1916, sobre o qual se construiu todo o edifício da Lingüística Moderna, resulta de anotações de aulas reunidas e publicadas por dois de seus alunos: Ch. Bally e A. Sechehaye. A publicação do Curso teve suas dificuldades, porque esses alunos não puderam, na época, contar com os manuscritos do mestre, que os auxiliassem na reconstrução das aulas.

O mais intrigante é que aquilo pelo que Saussure é conhecido, o Curso, talvez não tenha sido a tarefa em que ele mais se empenhou. Entre 1906 e 1909, além de dar as aulas de Lingüística Geral, ele gastou um tempo considerável analisando *anagramas*, aos quais dedicou a escrita de mais de 100 cadernos que hoje estão guardados na Biblioteca Pública de Genebra e em torno dos quais se faz um silêncio discreto.

Anagramas são palavras formadas pela transposição de letras de outras palavras ou frases. Por exemplo, em Iracema podemos reconhecer a existência de letras que formam a palavra América.

Na história da constituição da Lingüística há dois momentos-chaves: o século XVII, que é o século das gramáticas gerais, e o século XIX, com suas gramáticas comparadas. No século XVII, os estudos da linguagem são fortemente marcados pelo racionalismo. Os pensadores da época concentram-se em estudar a linguagem enquanto representação do pensamento e procuram mostrar que as línguas obedecem a princípios racionais, lógicos.

Esses princípios, dizem eles, regem todas as línguas. A partir desses princípios, definem a linguagem em geral e tratam as diferentes línguas como casos particulares dela. Produzem assim as chamadas gramáticas gerais e racionais.

Passam a exigir dos falantes, clareza e precisão no uso da linguagem, idéias claras e distintas devem ser expressas de forma precisa e transparente. A gramática que constroe deve funcionar como uma máquina que possa separar automaticamente o que é válido e o que não é. Uma espécie de autômato, regido pela lógica, o alvo que esses estudiosos querem atingir é a língua ideal, não é difícil de reconhecer já aí o sonho do homem moderno em ter o controle do mundo através das máquinas. Esse ideal, trazido para a atualidade, é a língua metálica, a dos computadores, universal e sem falhas. Um outro momento importante para a história da Lingüística, é o século XIX, o da Lingüística Histórica, com as gramáticas comparadas.

Este século tem momentos, perspectivas e interesses bem diferente do século XVII. Já não tem validade o ideal universal e o que vai chamar atenção dos que trabalham com a linguagem é o fato de que as línguas se transformam com o tempo. Não é mais precisão, mas a mudança o que importa, procuram mostrar que a mudança das línguas não depende da vontade dos homens, mas segue uma necessidade da própria língua, e tem uma regularidade, isto é, não se faz de qualquer jeito.

A grande contribuição das gramáticas comparadas foi evidenciar que as mudanças são regulares, têm uma direção, essa regularidade da mudança percebe-se, por exemplo, hoje, um tipo de uso como o que se dá em “sordado” por “soldado”.

Após abordarmos sobre Lingüística, passaremos a falar sobre a língua, sendo este o objeto do nosso trabalho. Entendemos que, como seres dotados de inteligência, não acharíamos uma outra forma de nos comunicar, que não fosse através dela, como também teríamos muitas dificuldades em efetuar qualquer tarefa, caso não existisse.

Usamos a língua em todos os momentos de nossa vida, estamos sempre precisando dela, seja para pedir, convencer, informar, desabafar ou até mesmo explicar. Na verdade, pensamos que somos a língua que falamos. Imaginem, então, a nossa responsabilidade, como professores de Língua Portuguesa.

Somos nós que temos a obrigação mais direta de melhorar a capacidade dos alunos de usar a sua língua com o máximo de eficiência, para que possamos viver melhor, possamos nos comunicar bem, possamos progredir e sobreviver num mundo como o nosso, tão cheio de exigências. Na escola, de uma forma geral o ensino de Lingüística ainda está introduzindo suas contribuições, devido à resistência de gramáticos e de professores leigos no assunto o que está gerando discussões acerca do tema.

A gramática normativa ensinada nas escolas enfrenta um grande desafio: oferecer um ensino que respeite a cultura de cada discente, pois a população brasileira é formada por diversos grupos étnicos que são motivos de orgulho para todos nós: índios, moradores mais antigos, os brancos colonizadores, os negros que para cá vieram como escravos e os imigrantes, que encontraram aqui um espaço para construir uma nova vida.

“Falar em diversidade, significa constatar às várias diferenças sociais e culturais”, afirma Roseli Fischmam, professora de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e coordenadora do grupo responsável pelo documento sobre Pluralidade Cultural dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Reconhecer essa complexidade que envolve a problemática social, cultural e étnica é o primeiro passo, diz textualmente o documento.

Embora a diversidade sempre tenha estado presente nas salas de aula, na formação heterogênea das turmas, nos diferentes ritmos de aprendizagem, no contato com as várias realidades sociais e culturais, a preocupação em entender a todos, sem exceção, é recente nas escolas brasileiras. “O predomínio da cultura dos colonizadores fez com que as outras manifestações fossem praticamente aniquiladas”, analisa Nelson Pretto, diretor da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia. A necessidade de manter unido o povo em torno de um poder centralizado, sem levar em consideração as diferenças, que envolvem as questões lingüísticas da sociedade.

O ensino de gramática nas escolas tem como objetivo padronizar a língua falada e escrita de acordo com as classes sociais mais favorecidas, deixando de lado os menos favorecidos que são a maioria, esse é um dos principais problemas encontrados nas escolas, pois a noção de gramática é controversa: nem todos os que se dedicam ao estudo desse aspecto das línguas a definem da mesma maneira, exemplificaremos com três tipos de gramática: 1º normativa, 2º descritiva e 3º internalizada.

“A primeira definição de gramática: conjunto de regras que devem ser seguidas é a mais conhecida do professor do Ensino Fundamental e Médio, porque é em geral a definição que se adota nas gramáticas pedagógicas e nos livros didáticos. A segunda definição de gramática: conjunto de regras que são seguidas é a que orienta o trabalho dos lingüistas, cuja preocupação é descrever e explicar as línguas tais como elas são faladas. Já a terceira definição de gramática: conjunto de regras que o falante domina, refere-se à hipótese sobre os conhecimentos que habilitam o falante a produzir frases ou seqüências que são compreensíveis e reconhecidas como pertencendo a uma língua”. (POSSENTI, Sírio. 1996. p. 95).

Sabe-se que a questão do ensino da gramática na escola tem sido longamente discutida. O professor precisa decidir, caso haja ensino de gramática na escola, qual proporção do tempo destinado ao ensino da língua deve ser dedicado a cada uma das estratégias (leitura, redação, gramática etc.), além do fato de que a decisão pode variar conforme o nível de ensino e o tipo de classe, ou, até mesmo, o tipo de escola. Outra razão é que esta discussão revela diferentes orientações didáticas (ensinar a partir do uso observado

ou ensinar a partir de regras), embora tenha havido muita mudança de discurso, a prática escolar continua a mesma.

Dentre as questões de discussão em que têm ficado envolvidas as relações entre a língua falada e principalmente língua escrita, ressalta o papel da escola no tratamento de tais relações. Há uma acusação que se faz à escola, pela totalidade dos estudiosos, que é aquela que se refere ao fato da mesma colocar apenas a língua escrita, nunca a língua falada como objeto de estudo. Variações em torno do tema aparecem, mas, no fundo, a questão é sempre a mesma: a língua escrita está no centro da atuação das escolas, e estar no centro significa, afinal, ocupar todos os espaços.

Quanto ao processo formal de educação que caracteriza a escola, já implica o objetivo do letramento, e, decorrentemente, da atividade da escrita e da leitura, ou seja, nenhuma família espera que a escola vá ensinar a criança a falar, pois elas já falam quando entram na escola, uma vez que, obviamente, o desenvolvimento oral antecede o processo de educação formal.

De acordo com Sírio Possenti: “O objetivo da escola é ensinar o português padrão, ou, talvez mais exatamente, o de criar condições para que ele seja aprendido”. O problema do ensino do português padrão só se põe de forma grave quando se trata do ensino do padrão a quem não o fala usualmente, isto é, a questão é particularmente grave em especial para alunos das classes populares, ensinar o padrão sem levar em consideração a linguagem que o aluno traz de seu convívio familiar (língua materna adquirida desde o nascimento), tendo que substituir a linguagem já elaborada por outra totalmente desconhecida (língua padrão).

Por estes motivos, houve a necessidade de renovar o ensino de gramática nas escolas, dando possibilidade para os lingüistas implantarem suas teorias que facilitam a valorização do ensino da língua falada, juntamente com a escrita, respeitando as variações lingüísticas individuais. Os estudos sobre a variação lingüística registram pelo menos seis dimensões de variação dialetal: social, idade, regional, sexo, geração e de função, que muitas vezes não são levadas em consideração no ensino de gramática na sala de aula, assim, gerando o preconceito com as diferenças individuais. Esta situação faz com que os lingüistas ocupem cada vez mais espaço, mostrando que é necessário rever como está sendo transmitido o ensino de Língua Portuguesa nas escolas.

Neste contexto, podemos começar, aqui, então, a tecer algumas considerações sobre as contribuições da Lingüística ao ensino do Português:

Em primeiro lugar, devemos mencionar o fato de que, como ciência da linguagem, a Lingüística veio trazer uma compreensão maior desse fenômeno. Então, temos a dizer que hoje, em oposição a antes da constituição da Lingüística como ciência, temos mais conhecimentos a respeito de línguas humanas, de sua organização e funcionamento, das semelhanças e diferenças entre elas.

Imaginem, por exemplo, a criança/falante. Quando nasce está em contato com a língua. O ensino da língua começa aí e a Lingüística já tem muito a contribuir. Aos sete anos, aproximadamente, a criança está madura lingüisticamente, e na fase de prontidão para a leitura e a escrita. Quando inicia o processo ‘formal’ de alfabetização, ela já sabe muita coisa, já tem conhecimentos natos, já é falante eficiente para as suas necessidades. O professor não pode ignorar a realidade lingüística do aluno, visto vez que é com base nela que irá construir o seu trabalho.

Em se tratando de estarmos hoje mais sábios do que há algum tempo atrás em relação as nossas crianças em fase de alfabetização, ficou menos doloroso e muito mais interessante aprender a ler e escrever.

A Lingüística veio mostrar algumas novidades. Por exemplo: agora interpretamos os chamados ‘erros’ que os meninos cometem nessa fase não mais como defeitos ou dificuldades cognitivas, mas como sinalizações das etapas de construção de um saber, como passos num processo, o que certamente veio facilitar o trabalho do professor de língua materna dos primeiros anos do Ensino Fundamental. Precisamos nos lembrar de que a atividade de escrita, como a de fala, tem de fazer sentido, tem de ter objetivo, senão não serve para a comunicação.

Por outro lado, e ainda falando sobre a Psicolingüística, podemos falar de suas contribuições no que se refere à compreensão do processo da leitura, por exemplo: Como é que se dá a leitura? Que processos cognitivos estão em jogo nessa atividade? Como é que se dá a passagem da simples decodificação dos sinais gráficos para a construção de sentido? O que significa realmente entender um texto? Qual é o papel da memória na tarefa? E o conhecimento de mundo, como é que interfere na compreensão de um texto? Será que existe relação entre estrutura lingüística e processamento do texto?

A elucidação dessas indagações certamente vai facilitar o trabalho do professor de língua materna, preocupados exatamente em desenvolver a habilidade de leitura, e escrita em seus alunos. Existem no mercado de educação, várias pesquisas sobre o assunto que facilitam a prática em sala de aula. Podemos nos deter, também, na apresentação do trabalho da Lingüística com a língua propriamente dita. Isto é, vamos ver como é que estamos conhecendo melhor a língua que falamos, a partir dos avanços da ciência lingüística. É sabido que ainda estamos engatinhando, em termos de conhecimentos... Na verdade, podemos dizer

que não sabemos quase nada... Estamos naquela fase de construção de teorias para descobrir mais sobre o nosso objeto de estudo. O mais importante é que agora observamos a língua de uma maneira diferente de como fazíamos há algum tempo atrás.

É importante ressaltar a contribuição da Lingüística ao ensino da língua materna. Referimos-nos, com muita ênfase, ao fato de que a Lingüística trouxe com ela a mudança de mentalidade, a mudança de atitude do professor diante de seu objeto de trabalho. Voltando a dizer: com o desenvolvimento da ciência lingüística, passamos a enxergar a língua de uma outra maneira e isso só poderá refletir-se no ensino.

Sabemos agora, por exemplo, que não há língua melhor que outra, temos consciência de que a modalidade de língua que o aluno traz para a escola é adequada também, tem uma estrutura, tem regras, serve a seus propósitos... A atitude mais repressora dos professores de Português de algum tempo atrás, hoje já não faz sentido. O respeito pelo aluno e pela sua cultura, incluindo-se aí, evidentemente, a sua língua, passou a ser parte integrante do trabalho do professor de Português. Considerar o conhecimento da Gramática Normativa – como o objetivo final do ensino da língua já é uma atitude ultrapassada. Entendemos agora que ‘saber’ o Português não significa saber ‘de cor’, dominar as regras gramaticais do dialeto padrão, culto, considerado o único certo. Precisamos, sim, saber usá-las de forma adequada, em situações específicas. A Lingüística veio mostrar que a língua pode ser analisada objetivamente, sem que se devam impor normas de um falar considerado correto, oposto a outros, vistos como incorretos.

Qualquer modalidade de língua é passível de estudos, merece atenção por parte de professores e pesquisadores. A idéia é a de que passamos a nos tornar mais observadores em relação à língua que usamos. Professores de Português, são todos lingüistas, enquanto tentam

descobrir os processos lingüísticos utilizados pelos alunos, de modo a entender melhor o que se passa com a língua, esse organismo vivo, pulsante, que muda constantemente, adapta-se de forma admirável às exigências e necessidades de seus usuários e da época em que vivem.

A Sociolingüística veio nos mostrar, então, que não há uma língua mais perfeita, do que a língua padrão, que na verdade esta não é única, mas, ao contrário, varia, dependendo da situação em que é utilizada, do interlocutor, do objetivo do falante, dependendo de ser oral ou escrita, entre outros fatores. Então começamos mostrando aos nossos alunos que mudamos a língua que falamos a todo instante, para atender exatamente as exigências do convívio social. E o fazemos automaticamente.

Nesse caso, nosso objetivo será conseguir de nossos alunos a mesma atitude: vamos fazê-los enxergar as diferenças entre a modalidade de língua que conhecem e dominam, que é múltipla também, e aquela modalidade que se emprega na escola, aquela que é utilizada pelos donos do poder, numa sociedade como a nossa, dividida em classes, em que há opressores e oprimidos. Vamos prepará-los para que reconheçam esse outro sistema lingüístico em suas variações e para que se tornem razoavelmente competentes nele, para poderem participar como iguais na construção de uma sociedade mais justa, em que se dê uma distribuição mais equilibrada de bens, materiais ou não.

E então nos perguntamos o que fazer, no dia-a-dia da sala de aula, para chegar ao resultado pretendido? Como podemos contribuir para melhorar o desempenho lingüístico dos alunos, de modo a torná-los eficientes usuários de sua língua, tendo acesso a outras culturas, sabendo locomover-se em outros meios sociais?

Neste aspecto, se coloca também uma outra contribuição da Lingüística, que é considerada fundamental ao ensino do Português: a idéia de que o ensino deve centralizar-se no texto, tanto na sua leitura, quanto na sua produção. Entendemos hoje, de forma muito clara, que a capacidade de leitura e de produção de textos é a chave para o desenvolvimento de qualquer indivíduo, pois é através da leitura que tornamo-nos conscientes do que se passa a nossa volta de uma maneira mais adulta e madura, vemo-nos capazes de raciocinar, de tomar posições, de discutir pontos de vista, adquirirmos conhecimentos, viajarmos, termos acesso a culturas diferentes, a épocas distantes, etc. O mesmo se dá com a habilidade de produção de textos: temos necessidade da escrita constantemente, a cada dia de nossas vidas.

Numa sociedade letrada qualquer, saber ler e saber escrever com competência são habilidades essenciais, dão ao indivíduo vantagens que não se teria de outra forma. E então, para nós, que convivemos com a tarefa de despertar nos alunos o gosto pelo conhecimento, através da leitura e da escrita, fica cada vez mais patente à necessidade de tornar o ensino da Língua Portuguesa interessante, dinâmico, pleno de sentido. O aluno precisa estar ciente de que a habilidade de leitura e escrita é fundamental em qualquer profissão, precisa conscientizar-se de que o domínio dos recursos expressivos de sua língua é indispensável para que se torne sujeito, dono do saber, capaz de tomar decisões. Assim, já há algum tempo, o ensino da língua materna está tomando novos rumos, mais adequados, indo ao encontro das reais necessidades dos alunos.

O que se faz necessário para chegar a isso? A resposta mais direta é: trabalhar textos com os estudantes... E veja-se que esse trabalho deve começar desde a época da alfabetização. Só se pode dizer que uma criança é alfabetizada a partir do momento em que lê e produz textos, construindo sentido naquilo que lê e escreve. Conhecer as regras de ortografia e saber usar palavras dentro da convenção de escrita que temos são habilidades que também devem

ser desenvolvidas, mas não podem constituir o objetivo final da alfabetização. Quando a criança é levada a descobrir, ela mesma, as regras de ortografia, por exemplo, o conhecimento dinâmico que é construído será realmente apreendido... O trabalho com o texto deve ser feito de maneira que leve a criança a ter prazer na atividade de leitura, a ver sentido na tarefa de escrever. Se nos primeiros anos escolares criamos o hábito de leitura e de escrita em nossos meninos, então, certamente, terão mais facilidades em toda a sua vida futura, escolar ou não, estarão mais aptos a participar da sociedade, como cidadãos, conscientes, pessoas dinâmicas e produtivas.

E como trabalhar com textos? Atualmente temos mais conhecimentos do que há algum tempo atrás. Há pesquisas sendo desenvolvidas, no campo da Linguística Textual, hoje comprovando cientificamente aquilo que antes conhecíamos por intuição. Assim, está ficando mais fácil para o professor de Português da atualidade saber como realizar o seu trabalho em sala de aula. Porém, na sala de aula, temos de lutar contra uma série de preconceitos, enfrentar uma rotina massacrante de trabalho, temos inseguranças, sabemos muito pouco, mudar é muito difícil. Mas precisamos nos especializar para fazer a diferença. Afinal, temos em nossas mãos a possibilidade de desenvolver o conhecimento de nossos alunos, através do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Em mesa redonda sobre o tema “Por que ensinar Gramática?”, o professor Perini lembrou um objetivo muito importante desse ensino: a formação da mente científica, analítica, curiosa. E todos nós sabemos como a existência de cientistas, de pesquisadores é essencial para o desenvolvimento de um país.

Vamos respeitar nossos alunos, considerá-lo capaz, ajudá-lo a desenvolver-se e a construir um mundo melhor, aceitando a nossa parcela de responsabilidade pelo sucesso ou

fracasso de nossos alunos. Temos que nos lembrar: somos partícipes na construção da sociedade, todos têm um papel a cumprir. E vamos cumpri-lo. Cada um fazendo o melhor que pode, dando o máximo de si. Com vontade e amor.

O aluno que se vê diante de um texto desconhecido, que deve ler e ‘decifrar’, entendendo não apenas o que está sendo dito, mas também o que está nas entrelinhas, construindo um sentido a partir dele, deverá conseguir responder às questões propostas. Precisa-se também evidenciar que ele é capaz de construir textos de maneira adequada, coerentes, coesos, claros, em que está presente uma argumentação que faça sentido, que fique demonstrada a sua habilidade de entender o que foi proposto e de elaborar, então, uma resposta adequada para a questão.

O ensino gramatical é tido como a pedra fundamental do ensino de línguas em muitos lugares do mundo, há alguns séculos. No entanto, avanços recentes em pesquisa e teorização sobre a natureza das línguas e de sua aquisição mostram claramente que a abordagem gramatical se baseia em pressupostos incoerentes e destituídos de qualquer fundamentação científica. Reunir e sistematizar os argumentos contra o ensino gramatical, à luz de teorias atuais da lingüística e da psicologia, além de indicar as direções que essas teorias apontam para a renovação do ensino de línguas, argumentam que o tão discutido fracasso do ensino de línguas – particularmente de língua materna – não é conseqüência da incompetência do professor, como defendem algumas entidades do governo, nem conseqüência da inaptidão do aluno, como defendem alguns professores, pelo contrário, ver-se-á que esse fracasso é fruto de uma concepção incoerente e ultrapassada da natureza e dos objetivos do ensino de línguas, concepção essa que torna a tarefa de ensino/aprendizagem impossível. Quanto ao Ensino Gramatical, este se baseou em três princípios fundamentais:

O primeiro princípio equaciona uma língua a um conjunto de regras normativas ou descritivas e resume todo um complexo de teorias sobre a natureza das línguas. Podemos chamar de o Princípio de Regra Lingüística. Resumidamente, este princípio defendia que uma língua é a mesma coisa que um conjunto de regras que descrevem os tipos de palavra e frase que são mais característicos de uma das variantes da língua – são estas as regras de estrutura morfológica e estrutura sintática que compõem a gramática. Essas regras eram chamadas de “regras de gramática” e constituíam, para o Ensino Gramatical, a essência da natureza das línguas. Em suma, saber as regras era saber a língua.

Ao segundo princípio chamaremos de o Princípio do Ensino pela Descrição. Este resume todo um complexo de teorias sobre como se pode ensinar e aprender uma língua de maneira eficaz. Este princípio defendia que uma língua pode ser aprendida eficientemente através de repetidas atividades de identificação e nomeação dos componentes de palavras e de frases de uma das variantes da língua – as tão temidas análises morfológica e sintática. Essas regras de identificação e nomeação chamavam-se de “regras de gramática” e constituíam, para o Ensino Gramatical, a essência do ensino das línguas.

O terceiro princípio é o Princípio da Primazia da Norma Culta. Este encerra a posição pela qual teríamos uma compreensão privilegiada de uma língua como um todo pelo estudo de apenas uma de suas numerosíssimas variantes, destacada das demais para esse fim. Essa variante é chamada de a Norma Culta ou a Norma Padrão, utilizando o artigo definido para frisar que apenas uma das variantes poderia ser adotada como norma, tanto para fins prescritivos quanto para fins descritivos.

Argumentamos a seguir que todos os três princípios são simplesmente insustentáveis. O princípio da regra lingüística para o Ensino Gramatical – que já constitui o “senso comum”,

um produto da cultura de um grupo social, um objeto externo ao aprendiz, que de uma forma ou outra (normalmente pouco a pouco, pela repetição mecânica) teria que ser “internalizada”, isto é, passar do lado de fora do aluno (o meio) para o lado de dentro do aluno (sua memória). Esse objeto seria constituído de elementos chamados “regras” que identificariam e nomeariam os tipos de palavra e frase que são mais característicos da língua. A “aquisição” ou “aprendizagem” da língua designariam esse mesmo processo de internalização de um objeto externo.

Este princípio da filosofia do Ensino Gramatical caracterizava a natureza daquilo que se procurava ensinar – a língua. Defendia-se que uma língua era composta por regras, cada regra descrevendo algumas características morfológicas ou sintáticas de um tipo ou outro de palavra ou frase, sempre, é claro, palavras ou frases de uma só das variantes da língua.

Todavia o problema mais sério com esse princípio é que apesar de alguns séculos de esforço intenso, não existe para nenhuma língua um conjunto coerente de regras que seja consensual e descritivamente adequada. Isto é, mesmo que fosse viável conceber uma língua como um conjunto de regras (e veremos abaixo que não é), um tal conjunto de regras inexistente para o Português. Portanto, a prática de ensino da língua como um conjunto de regras é insustentável.

Um problema específico: a incompetência dos gramáticos. Os conjuntos de regras – “gramáticas” – que existem são, tecnicamente e didaticamente, totalmente inadequados e os livros texto elaborados com base nestas são, na maioria dos casos, ainda piores. Consideremos alguns dos problemas mais específicos, a seguir.

Em primeiro lugar, as definições que essas gramáticas propõem são incoerentes, tanto dentro de uma gramática, quanto entre uma gramática e outra. Por exemplo, uma gramática conceitua “sujeito” como “o ser que pratica a ação do verbo” enquanto outra gramática o define como “o elemento da frase com o qual o verbo concorda”. HAUY (1987) dedica um livro inteiro à identificação e exemplificação dessas incoerências nas gramáticas mais usadas no Brasil. PERINI (1986) também discute este mesmo problema.

Em segundo lugar, mesmo que fossem coerentes, as definições usadas são simplesmente inadequadas para descrever os fenômenos da língua. Por exemplo, conceituar “verbo” como “palavra que designa ação, estado ou fenômeno da natureza” leva o aluno a dizer (coberto de razão, diga-se de passagem) que “chegada”, “doente” e “chuva” são verbos. “Chegada” designa uma ação, “doente” é um estado e “chuva” é um fenômeno da natureza, portanto são todos verbos, de acordo com a gramática.

Dentre outros exemplos, citamos: conceituar o “sujeito” como “o ser que pratica a ação do verbo” conduz o aluno a cometer absurdos como dizer (ainda com razão) que “os meninos” é sujeito de “A brincadeira dos meninos foi divertida”, já que eles praticaram a ação de brincar. Além disso, “brincadeira” seria o verbo (a ação não é de brincar?). Imagina-se facilmente a grande confusão que se produz na cabeça do aluno quando ele segue a definição da gramática ao pé da letra – como fizemos aqui – e mesmo assim o professor diz que sua resposta está errada.

Por outro lado, ou seja, em terceiro lugar, há o problema da “doutrina implícita e doutrina explícita” identificado em PERINI (1986): em função da inadequação das definições dadas nas gramáticas, muitos professores exigem que os alunos aprendam um conjunto de definições para fins de conceituação exemplo: a gramática normativa que dita regras de

correção do uso da língua portuguesa (a doutrina explícita). Outro conjunto muito diferente de definições das mesmas entidades (a doutrina implícita) é exigida para fins de análise exemplo: análise da frase não pensando nas regras do uso tido como correto na gramática normativa. Por exemplo, a doutrina explícita define o sujeito como o ser que pratica a ação, mas na hora de analisar o exemplo “A brincadeira dos meninos foi divertida”, a definição de sujeito tem que ser outra (a doutrina implícita). Essa incoerência da prática do professor decorre da exigência dele ensinar uma gramática incoerente. A dificuldade de aprendizagem só aumenta diante de mais essa incoerência. Em quarto lugar, por serem incoerentes e inadequados, os conceitos da gramática são simplesmente incompreensíveis e, portanto, impossíveis de serem aprendidos. Ensina-se uma definição que é imediatamente desensinada pela análise de exemplos que não correspondem à definição. É importante frisar que essa incompreensibilidade não é por deficiência do professor ou do aluno e sim por deficiência do material a ser dominado.

Embora exista legislação regulamentando a terminologia padrão da análise gramatical, nem as gramáticas utilizam a Nomenclatura Gramatical Brasileira de maneira sistemática. Cada gramática usa uma terminologia diferente; tanto suas análises, quanto sua terminologia são variáveis. A grande maioria das escolas e editoras poderia até ser processada pelos pais dos alunos por infringirem à lei, pois as gramáticas são formuladas de maneira ilegal. Finalmente, todo professor de Português tem uma lista de frases – retiradas de suas gramáticas e de seu material didático do dia-a-dia – que não são analisáveis, ou que são analisáveis de várias maneiras, ou que nada têm a ver com o item gramatical em discussão, ou que simplesmente não fazem sentido. Muitas vezes os exemplos dados para análise simplesmente não são analisáveis nos termos dados pela gramática. Se um professor experiente tem dificuldade em resolver exercícios de análise gramatical, imagine, então, a dificuldade que sente o aluno inexperiente!

Desta feita, detectamos que o material didático disponível torna impossível a tarefa do professor e do aluno de Português, virtualmente garantindo o fracasso do ensino da língua, mesmo com professores competentes e alunos brilhantes.

Diante desse quadro há duas opções possíveis: rejeitar inteiramente a idéia do ensino gramatical e defender que o lugar da gramática é no lixo, ou continuar a aceitar a idéia do ensino gramatical e tentar elaborar um material gramatical mais coerente e didaticamente viável. PERINI (1986) e outros defendem a segunda posição, que fundamenta o imponente Projeto do Português Falado (CASTILHO, 1989) e as defesas da utilização da “gramática do uso” para fins didáticos. Aqui vamos defender a primeira opção – que o ensino gramatical deve ser abandonado completamente – pelas razões expostas abaixo.

Um problema geral: o pressuposto errôneo. O Ensino Gramatical adotava a visão de que nossos conhecimentos de uma língua poderiam ser representados por um sistema de regras e que as regras seriam manipuladas para resolver problemas específicos de comunicação. Para demonstrar a viabilidade teórica dessa visão, seria necessário mostrar que a elaboração de tais gramáticas e de uma teoria de sua manipulação são, em princípio, viáveis. No entanto, há problemas sérios quanto à possibilidade dessa demonstração.

Desse ponto de vista, quanto mais regras o aluno soubesse, mais recursos teria para resolver seus problemas de comunicação. Mas a necessidade de aprender tantas regras leva a uma contradição teórica. Para uma gramática retratar fielmente os detalhes da língua, tem inevitavelmente que conter muitíssimas regras. Quanto mais regras, melhor é a descrição da língua e mais recursos o falante teria. Pelo menos, em princípio. No entanto, isto gera um problema sério para a aprendizagem dessa gramática tão volumosa: quanto mais regras, mais difícil seria a aquisição dessa gramática. Por outro lado, constatamos que as crianças

aprendem uma língua muitíssimo complexa rapidamente sem nenhum esforço sobre-humano aparente, apesar da vasta quantidade de regras supostamente envolvidas. Essa visão, portanto, gera a seguinte contradição: quanto melhor é a gramática para descrever uma língua, pior é para a criança aprender. Esse é um problema teórico muito sério quando se procura utilizar a mesma teoria para falar de descrição e de aprendizagem. Em princípio não pode haver progresso em direção a uma teoria que servisse aos dois problemas nesse quadro, por causa dessa contradição. Será necessário procurar outra abordagem.

Além disso, infelizmente, nunca foi possível desenvolver uma teoria sobre como se dá a manipulação de regras gramaticais – uma teoria do uso da língua. Conclui-se hoje que não foi possível porque os pesquisadores estavam preocupados com coisas irrelevantes (regras) e que assim nunca conseguiriam: as regras gramaticais simplesmente não são relevantes para o uso, pois são descrições da forma isolada do significado, da função discursiva, do objetivo comunicativo, etc. Enfim, já se sabe que uma teoria do uso formulada em termos de manipulação de regras gramaticais simplesmente não é viável.

Ainda outro argumento contra o uso de regras aponta para o fato de que são, por definição, generalizações muito restritas – dizem respeito a construções específicas de línguas particulares. Para fins de uma teoria que busca identificar as leis universais da linguagem, regras não representam contribuição nenhuma. Pelo contrário, para esse objetivo é necessário abandonar as regras específicas para procurar princípios universais, como se faz nas outras ciências naturais. Esses argumentos – e outros mais – já conduziram os teóricos à conclusão de que o desempenho lingüístico não pode ser concebido em termos de manipulação de regras ou “uso” de conhecimentos.

Concluíram que as regras da gramática não participam do uso da língua; são meras invenções (ver NASCIMENTO e DILLINGER, 1995 para outros argumentos técnicos). Essas observações conduzem à conclusão nítida de que o Princípio da Regra Lingüística é insustentável e que suas aplicações contribuíram fortemente para provocar o fracasso do ensino da língua. Em outras palavras, não usamos as regras da gramática quando lemos ou escrevemos – as regras simplesmente descrevem o produto – as frases – e não o processo de leitura ou redação.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que ocorra o ato da comunicação, precisamos utilizar a língua em todos os momentos da nossa existência. A lingüística favorece e aprimora o uso da língua à medida que nos fornece subsídios para uma prática e aplicação correta da mesma. Não basta decorar regras gramaticais. As regras precisam ser assimiladas e ao mesmo tempo entendidas para que sejam aplicadas com coerência. Já o uso de exercícios e outros recursos didáticos facilitam a integração com a gramática, pois à medida que as dúvidas vão surgindo a necessidade de buscar respostas na gramática faz com que o aluno procure entender as regras. As aulas de Português jamais devem permanecer na inércia. A construção, participação e parceria de todos, facilitam a aquisição de conhecimentos básicos e a troca de experiências.

Após a pesquisa sobre as contribuições que a lingüística traz para o ensino de Língua Portuguesa observamos que ensinar gramática limita-se apenas nas regras do uso correto das palavras, sendo que a formação dos professores é voltada para o ensino da gramática, principalmente da forma escrita, sem preocupação com a língua falada, visando padronizar a língua sem respeitar as variedades lingüísticas existentes no Brasil.

Com o surgimento da lingüística, novos estudos foram realizados para contribuir no ensino da língua portuguesa nas escolas, fazendo com que vários professores repensassem a maneira como estavam ensinando português aos alunos, porém esses estudos ainda estão ganhando espaço no meio acadêmico, por isso que a referida pesquisa foi uma iniciativa de grande valor para gerar reflexões sobre o ensino da língua.

Os resultados alcançados mostram que a cada ano os estudos lingüísticos vêm ganhando espaço e sua contribuição é de extrema importância para o ensino de português, pois a diversidade está tendo possibilidade de fazer parte da sociedade dominante através da língua, sem ter que ignorar sua cultura para se tornar um cidadão participante em nossa sociedade. Os autores expõem suas teorias possibilitando o enriquecimento intelectual dos professores que pretendem modificar a maneira de ensinar português na sala de aula.

Agradecemos ao nosso Orientador Clodoaldo Messias dos Santos, o qual teve um papel fundamental, pois incentivou a nossa pesquisa. Inicialmente recebemos os esclarecimentos necessários e durante as orientações fomos solucionando nossas dúvidas no tocante a elaboração deste artigo.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS**

- BECHARA, E. Ensino da gramática. Opressão? Liberdade? São Paulo. Ática, 1989.
- CASTILHO, A. (Org.). Português Culto Falado no Brasil. Campinas: Editora da UniCamp, 1989.
- COUTO, H. H. O que é Português brasileiro? São Paulo: Brasiliense, 1987.
- DIAFÉRIA, I. Os erros do noço Portugeuis ruim. Sala de Aula, 2 (15), 1989. p. 10-16 [Matéria de capa].
- HAUY, A. B. Da necessidade de uma Gramática-Padrão da Língua Portuguesa. São Paulo: Ática. 1987.
- NASCIMENTO, M. e DILLINGER, M. The lexicon and the form of a Minimalist Grammar: Evidence from Brazilian Portuguese. In: KOCH, I. e SCHIEBEN-LANGE, B. (Eds.). Linguistik in Brasilien. Tübingen, Alemanha: Niemeyer Verlag, 1995.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. O que é lingüística. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- PERINI, M. A. Por uma nova gramática do português. São Paulo: Ática, 1986.
- Proposta Curricular para o Ensino de Língua Portuguesa – 1º grau. São Paulo: Secretaria de Estado de Educação, 1986.
- VEJA. O nosso pobre Português. Veja, São Paulo, n. 375, p. 54-60, nov. 1975.
- POSSENTI, Sírio. Por que (não) ensinar gramática na escola. 2 ed. Campinas. SP: Mercado de letras, 1996.